

Diário do Nordeste – 20/11/2010

ALÉM DA TRIBUTAÇÃO

Geração ajuda a salgar conta

<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=888784>

Para explicar o comportamento das tarifas de energia é necessário compreender que ela é composta por custos de geração, transmissão, distribuição e impostos e encargos. É o que afirma **Claudio Sales**, do **Instituto Acende Brasil**, "Ao lado dos encargos e tributos, o que mais onera a conta para o consumidor é o custo de geração", detalha o especialista.

Segundo levantamento realizado entre junho e julho do ano passado pela entidade junto a 21 distribuidoras que representam 45% do mercado de energia do Brasil, o custo de geração, com impostos, representa 34% das tarifas praticadas; seguido de impostos e encargos incidentes sobre a distribuição de energia, também com 34%. Já o custo de distribuição equivale a 28% das tarifas; com o custo de transmissão responsável por apenas 4%.

"Somando-se os 34% de impostos e encargos sobre a distribuição com os impostos já embutidos na geração e transmissão, chegamos à conta de 45% como tributação total do setor elétrico brasileiro, conforme estudo da Pricewaterhouse", detalha.

Custos x inflação

Ele chama atenção, ainda com base no levantamento, para a evolução do custo dos componentes da tarifa de eletricidade na comparação com a inflação. Entre os anos de 2003 e 2008, tomando como base um índice 100 no primeiro ano do estudo, tributos e encargos subiram para 167 e geração de energia para 146; ficando ambos acima da inflação, dado que o Índice Geral de preços ao Mercado (IGP-M) e o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), variaram para 140 e 130, respectivamente. Já a baixo da inflação ficaram os custos de distribuição e de transmissão, com 114 e 113, nessa ordem.

Modificação da política

Na avaliação do presidente do Acende Brasil, um dos principais motivos para o aumento dos custos de geração de energia no País, foi a modificação, em 2008, da política operativa do sistema. "A decisão do governo de acionar usinas termelétricas em detrimento de opções mais baratas gerou um custo adicional de R\$ 2,3 bilhões que foram repassados à conta de luz", dispara **Claudio Sales**.

Cifra, que segundo previsões do Operador Nacional do Sistema (ONS), será acrescida em R\$ 800 milhões este ano. "Dinheiro que já está sendo cobrado no reajuste das distribuidoras de energia, mas que não aparece discriminado na conta de luz", defende o Instituto.

O Acende Brasil destaca também o fato de que na conta está escrita apenas a palavra "encargo", que pode ser entendida como sinônimo de impostos específicos do setor elétrico. Entre eles, o ESS (Encargo de Serviços de Sistema). No período entre 2003 e 2007, o ESS arrecadou, em média, R\$ 150 milhões por ano. A partir de 2008, em função da Política Nacional de Segurança Energética do Governo, a mesma sigla "assumiu a responsabilidade" de arrecadar mais de R\$ 3 bilhões no espaço de dois anos. "E até hoje o governo federal não apresentou a análise de custo/benefício que balizou esta decisão", afirma.

"Tudo bem que a energia térmica é necessária. Apesar de o Brasil ter uma das matrizes energéticas mais limpas do mundo, o País não pode prescindir dessa

complementação. Nossos reservatórios não são suficientes para enfrentar falta de chuvas e também porque as demais fontes, como a eólica, estão sujeitas a intempéries", diz. "Agora, é preciso térmicas mais eficientes e não emergenciais, de maior custo", completa.

ANCHIETA DANTAS JÚNIOR / Repórter